

**O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA PARA OS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

***TEACHING AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN THE FIRST YEARS OF
ELEMENTARY SCHOOL***

Thauani Ketlin de Sousa Costa¹

Rinaldo Guariglia²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e africana, citado pela Lei 10.639/03, assim como sua aplicabilidade e capacidade de promover mudanças e reflexões acerca das condições reais dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Seu objetivo geral é mostrar a importância da cultura africana para história brasileira e para a educação. Utilizando-se de embasamento teórico fundamentado em livros e artigos científicos, os quais possibilitam a apresentação de novas metodologias e materiais para trabalhar o conteúdo em sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental por meio de obras de teor literário e cultural africano apropriado à faixa etária, que apresentem condições de compreensão aos alunos abordando a questão racial. Análise de relato referente a uma experiência já realizada aplicada em escolas públicas de nível fundamental e médio de diferentes estados, situadas na região norte do país, com a amostra de procedimentos aplicáveis no ensino em questão.

Palavras-chave: Educação. Lei 10.639/03. Cultura Afro- Brasileira.

¹ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: thuaniketlin@hotmail.com.

² Professor doutor em Linguística pela UNESP - Araraquara, SP. E-mail: guarigliar@hotmail.com

Abstract

This paper aims to analyze the compulsory education of Afro-Brazilian and African history and culture, cited by Law 10.639 / 03, as well as its applicability and capacity to promote changes and reflections on the real conditions of Afro-descendants in Brazilian society. Its general objective is to show the importance of African culture to Brazilian history and to education. Using a theoretical basis based on books and scientific articles, which allow the presentation of new methodologies and materials to work the content in the classroom in the early years of elementary school through works of African literary and cultural content appropriate to the band age, which present conditions of understanding to students addressing the racial issue. Report analysis related to an experience already carried out applied in public primary and secondary schools of different states, located in the northern region of the country, with the sample of procedures applicable in the education in question.

Keywords: Education.Law 10.639 / 03. Afro-Brazilian Culture.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é de natureza bibliográfica e apresenta um estudo de natureza qualitativa, com objetivos descritivos e explicativos, utilizando-se de embasamento teórico fundamentado em livros e artigos científicos, e tem como objetivo geral mostrar a importância da cultura africana para história brasileira e para a educação.

O intuito do estudo visa considerar autores e legislações voltadas ao necessário trabalho pedagógico para conscientização e valorização da herança cultural e histórica da África existentes no Brasil.

O trabalho será dividido em três seções de abordagem, de início a história e cultura afro-brasileira; o ensino a cultura Afro-brasileira e autores dentro do contexto escolar e, para finalizar a análise de relato referente a uma experiência realizada na região Norte do país, como forma de mostrar como pode ser trabalhada a cultura afro-brasileira nas escolas.

2-A história e a Cultura Afro-brasileira

O Brasil é um país muito amplo e possui uma grande riqueza em pluralidades culturais e étnicas, entre outros aspectos que provocam desigualdades, contra as quais se travam uma luta diária para findar as diferenças.

A herança cultural africana no Brasil é antiga e surgiu por volta do século XV, de acordo com Souza (2014), no processo de colonização, com a vinda dos negros escravos para trabalhar nas plantações e engenhos de cana de açúcar. Sua contribuição foi fundamental, pois era a mão de obra base de todo o sistema econômico implantado pelos portugueses que possuíam como finalidade o lucro.

Segundo Pinsky (1986) os senhores possuíam interesse na mão-de-obra cativa de ascendências diferentes, pois traziam consigo uma grande diversidade de hábitos e costumes, assim como uma variedade de línguas, religiões e culinária.

Os meios de transportes dos nativos eram por meio de navios negreiros, em uma viagem muito longa que levava de quarenta a sessenta dias da trajetória da costa africana até o Brasil, na viagem havia pouca água e comida. Os cativos eram trazidos nos porões dos navios em péssimas condições amarrados pelos tornozelos, e para dormir apoiavam – se uns sobre os outros. Ao desembarcarem estavam exaustos, devido a tudo que haviam passado na viagem. “Eram sempre bem cuidados antes de serem vendidos, eram banhados e alimentados ‘abundantemente’ cuidavam das enfermidades e os cativos que estavam muito doentes eram vendidos como se estivessem em liquidação”. (MATTOSO, 1988 apud SOUZA, 2014, p. 60).

O sofrimento prosseguiu por muito tempo, até começarem as mudanças e surgirem com elas à esperança de resgatar a cultura negra, diante das pesquisas de Souza (2014) estes marcos começou a surgir com a Lei do Ventre Livre em 1871, lei que concedeu à liberdade as crianças nascidas de mãe escrava, houve a Lei dos Sexagenários (1885) que concebeu que os escravos com mais de 60 anos de idade ficarem livres, e os senhores não teriam obrigação nenhuma quanto aos libertos. (VALENTE, 1994 apud SOUZA, 2014 p.29).

Souza (2014) relata que a partir de todas essas questões de mudança a princesa Isabel no dia 13 de maio do ano de 1888 assinou a Lei Áurea, Lei nº 3.353 que declarou extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade, o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art.2º: Revogam-se as disposições em contrário [...] (BRASIL, 1888 apud SOUZA, 2014, p. 63).

“No entanto, há de se considerar que o ato da Abolição não foi exclusivamente uma ação de benevolência da princesa, pois foi conquistado por toda uma luta que sempre se fez presente entre os próprios escravos” (SOUZA, 2014, p. 63).

Contudo é relevante esclarecer que a Lei Áurea foi outorgada após anos e anos de luta e resistência dos escravos apoiados por simpatizantes que formaram um grupo autodenominado “aboliconista”.

Segundo Brasil (2009), no século XIX todas as manifestações de origem africanas eram proibidas, pois não faziam parte do contexto cultural europeu, segundo os europeus, a cultura africana não apresentavam suas prosperidades, eram um retrato de culturas atrasadas. Somente a partir do século XX, que as manifestações africanas começaram a serem aceitas e celebradas, como expressões artísticas nacionais.

Brasil (2009) cita ainda que nosso país tem a maior população de origem africana fora da África, com isso a cultura do continente africano é de grande influência principalmente na região Nordeste do Brasil..

Alves e Cacione (2014) apontam em seus estudos que a cultura africana abrange inúmeros aspectos dos costumes atuais, conforme relata a citação:

Observa-se que a cultura africana, não se limita à religião, dança, música, culinária e idioma encontrando-se no Brasil até os dias atuais. Pode-se identificar essa influência nos rituais de Candomblés, Umbanda, nos jogos atléticos como capoeira, bate-coxa e nas danças como, Frevo, Samba, Batuque, Axé, Lambada, entre outros (ALVES e CACIONE, 2014, p. 04).

Rodrigues (1977) ainda comenta que os negros eram amantes da dança e dançavam ao som dos tambores em ritmo coreográfico marcado com eles facilitando ouvir as palmas e batidas. Várias danças foram trazidas pela cultura africana para o Brasil:

Dos nomes dos instrumentos, dos fins sacros ou profanos das festas, as danças africanas tomam entre nós denominações diferentes, tiradas

naturalmente das suas línguas: dança de tambor no Maranhão, maracatus em Alagoas e Pernambuco; candomblés, batucagés, batuques na Bahia, etc. (Rodrigues,1977, p.155)

A música africana segundo Brasil (2009) é uma das principais influências, sem dúvidas o samba que no estilo hoje é chamado de carnaval sendo o cartão postal do Brasil, mas os tambores da África trouxeram também outros cantos e danças além do samba.

Outro aspecto importante da cultura africana é a capoeira citada em Brasil (2009) abaixo:

Durante décadas, a capoeira foi proibida no Brasil. A liberação da prática aconteceu apenas na década de 1930, quando uma variação (mais para o esporte do que manifestação cultural) foi apresentada ao então presidente Getúlio Vargas, em 1953, pelo Mestre Bimba. O presidente adorou e a chamou de “único esporte verdadeiramente nacional”. (BRASIL 2009, p.02).

A culinária é outra grande contribuição da cultura africana pratos como: vatapá, acarajé, caruru, mungunzá, sarapatel, baba de moça, cocada, bala de coco a feijoada, uma comida originalizada nas senzalas, feita a partir das sobras de carnes dos senhores de engenhos, enquanto as partes mais nobres iam para a mesa dos seus donos, aos escravos restavam as orelhas, pés e outras partes dos porcos, as quais eram e cozidas em um grande caldeirão e misturadas com feijão preto. Esses pratos da cultura africana são alguns, dos muitos outros exemplos que são iguarias da cozinha brasileira e admirada em todo o mundo. (BRASIL, 2009 p.3).

Seus saborosos pratos preparados com os conhecidos e populares ingredientes azeite-de-dendê, leite de coco-da-baía e a ardosa pimenta malagueta, nessa mistura de temperos o povo aprendeu a inventar o acarajé, o vatapá, o cuscuz, o caruru, o mungunzá, o angu, a pamonha e muitas outras iguarias (BATALHA e SILVA, 2015, p. 4).

Sobre as religiões provenientes da África, Brasil (2009) relata que a é o continente com maior diversidade religiosa do mundo, pois possui várias tribos.

Na época da escravidão, os negros trazidos da África eram batizados e obrigados a seguir o Catolicismo. Porém, a conversão não tinha efeito prático e as religiões de origem africana continuaram a ser praticadas secretamente em espaços afastados nas florestas e quilombos. Na África, o

culto tinha um caráter familiar e era exclusivo de uma linhagem, clã ou grupo de sacerdotes. Com a vinda ao Brasil e a separação das famílias, nações e etnias, essa estrutura se fragmentou. (BRASIL, 2009, p.2).

Outra conquista importante foi à instituição dia 20 de Novembro como feriado municipal facultativo pelo “Dia da Consciência Negra”, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, coincide com a data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares, Brasil (2011).

A data promove a celebração da influência africana no Brasil e debate sobre temas transversais de extrema importância como o combate ao racismo, a promoção da convivência, a cultura afro-brasileira e o respeito.

3- Ensino a Afro-brasileira

O ensino da cultura afro-brasileira torna-se obrigatório, como conteúdo escolar, por meio da lei 10.639/03 para a conscientização a respeito da relação étnica e cultural existente entre os dois países.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004 (DCN, 2004, p. 32).

O conteúdo histórico e cultural de origem africano e indígena são necessários ao processo de ensino pedagógico brasileiro por ser parte integrante de sua base de formação populacional. A influência desses povos na cultura brasileira é de grande valor histórico, cultural e influenciador para a formação do indivíduo, descendente ou não.

Como povo miscigenado, o brasileiro, se faz necessário conhecer suas raízes genealógicas. Ao trabalhar os conteúdos em questão os educadores proporcionam um meio de desconstruir a visão pejorativa do negro no Brasil.

A escola promovendo uma discussão/debate acerca da importância da herança cultural de um povo é capaz de conscientizar os docentes para a quebra do preconceito racial ainda latente em nossa sociedade.

Em artigo relevante SOUZA e VIEIRA (2016) apresentam uma análise do ensino da literatura afro-brasileira por meio de pesquisa quali-quantitativa que demonstra a contribuição de autores afrodescendentes para sociedade brasileira e sua importância no âmbito pedagógico.

As obras de cunho afrodescendente apresentam a narrativa das lutas pela aceitação e respeito de um povo discriminado e marginalizado, ainda nos dias atuais. A abolição escravocrata apenas libertou os cativos, mas o preconceito e o relato pejorativo das contribuições africanas ainda são presentes, em alguns casos de forma higienizada na literatura comum. Dessa forma, faz-se necessária a procura por literatos descendentes para contribuir com relatos pertinentes.

Se levarmos em consideração a quantidade de obras que compõe a literatura brasileira percebemos que o personagem negro aparece bem menos como protagonista em relação ao personagem branco e surge muito mais como coadjuvante ou mesmo como antagonista do personagem central. (RUFATTO, 2012, p. 20)

A primeira protagonização do negro se deu por meio do romance *Úrsula*, de Maria Firmino dos Reis. “Após diversas contestações e manifestos houve um avanço no cenário brasileiro quanto aceitabilidade da herança africana, no entanto, há muito a ser feito.” (SANTOS, 2013, p.2).

De acordo Souza e Vieira (2016), existem pouco reconhecimento dos autores afro-brasileiros e o negro sendo pouco representado com relevância na formação da sociedade brasileira, mas atualmente o negro tem um espaço na literatura que vem sendo conquistado aos poucos.

Como exemplificação podemos citar escritores marcados pelo isolamento de sua geração no final do século XIX e início do XX. Dentre esses destacam-se Luiz Gama, Cruz e Sousa, Machado de Assis, Lima Barreto e Lino Guedes, segundo explanação de Ricardo Riso. Autores negros que tiveram seu reconhecimento literário inegável, mas a história não destaca de modo significativo a condição da etnia negra a qual eles pertencem. (MOORE, 2012).

A educação é o portal de transformação mais propenso a conseguir mudanças, portanto a inserção da literatura afro-brasileira é um meio eficiente para

potencializar a conscientização pelo fim do preconceito e discriminação. (Souza e Vieira , 2016).

É necessária a inclusão da discussão da questão racial, como parte integrante da matriz curricular tanto dos cursos da licenciatura para a educação infantil, aos anos iniciais e finais da educação fundamental, educação média, educação de jovens e adultos, como processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no ensino superior (Brasil, 2004, p. 23).

O papel da escola é prover meios para que o aluno construa e desenvolva seu próprio senso crítico, reflita sobre a real situação do negro no Brasil, sua participação na história e possa atuar em prol da inclusão e cidadania.

Trabalhar a literatura afro-brasileira é, portanto, estudar textos que descrevem a vida e o cotidiano do negro e mostrem a sua luta e contribuição para a edificação histórica e cultural da nação.

Colocar em discussão a questão africana e afro-brasileira em sala de aula, de forma crítica e pedagógica, é dever de qualquer educador. A situação racial é uma questão de todos, não apenas do Movimento Negro, é algo que atinge toda a sociedade, independentemente da etnia ou do sentimento de pertencimento étnico-racial. (VERGULINO et al., p.09)

A literatura e história africana precisa ser apresentada como argumento motivador para seus descendentes e também como esclarecimento a nova civilização.

A História da África deve ser tratada a partir de um ponto de vista positivo, e articulada com a história dos afrodescendentes, e poderão ser tratados temas como: o papel dos anciãos e dos gritos como guardiões da memória histórica; ancestralidade e religiosidade africana; sobre os núbios e egípcios; civilizações, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; entre muitos outros temas. (BRASIL, 2005 apud, CIPRIANO, 2017 p.22).

O principal obstáculo do sistema educacional para desenvolver a discussão do tema em sala de aula é precisamente a negação de que ainda pertencemos a uma sociedade racista. A precária formação docente para o assunto também colabora para dificuldade em trabalhar a história e cultura afro-brasileira em sua prática pedagógica.

Portanto, o agrupamento dessas falhas e dificuldades acarreta, em determinados casos, o desconhecimento da herança histórica até mesmo por descendentes que ao longo dos anos veem sua história se perderem, pois, as narrativas dos antepassados são totalmente modificadas pela literatura pouco encontrada. (Souza e Vieira, 2016).

Dentre as formas encontradas para se trabalhar a literatura afro-brasileira em sala de aula a mais comum são as artes. Conteúdo que abrange música, dança filmes, pintura, contos e até mesmo a capoeira. Os fatos históricos e geográficos têm importância vital na construção do conhecimento dos alunos, mas de forma mais lúdica e concreta as manifestações artísticas são mais facilmente apreendidas pelos discentes das séries iniciais do ensino fundamental.

A capoeira é uma modalidade esportiva desenvolvida em projetos escolares para apresentar as crianças à cultura africana e ainda utilizada como instrumento de ensino de caráter físico, aprimorando coordenação motora. rítmico com as batidas dos tambores e berimbau; cognitiva trabalhando a concentração sequencial de movimentos e atenção a defesa do adversário; respeito e outros valores também são conteúdos fundamentais exigidos pelos mestres. (Filho, 1996).

“A cultura popular brasileira tem uma forte característica do povo negro como nas cantigas, nos poemas demarcados em diversas regiões como Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro entre outras”. (SANTOS, 2013, p. 83). Como tema para um bom trabalho pedagógico podemos utilizar cantigas e poemas em rodas de conversa, contação de histórias ou ainda a metodologia de releitura, provocando reflexão para construção textual.

Como obras mais comuns e utilizadas em salas de aula podemos elencar: Minha mãe é negra sim! de Patrícia Santana; Cada um com seu jeito, cada jeito é de um! de Lucimar Rosa Dias; Menina bonita do laço de fita, Ana Maria Machado; O menino marrom, de Ziraldo, que retratam dificuldades e preconceitos, mas também enaltecem a beleza e questionam o conceito preto/branco. Obras essas que podem ser trabalhadas de várias formas, desde que seja respeitada a herança cultural.

De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais Dcn (2005, p. 22 apud CIPRIANO 2017) “o ensino de História e Cultura Africana poderá ser através de diferentes maneiras, podendo ser por meio de atividades curriculares ou não, proporcionar momentos de diálogo e procurar formas de convivência respeitosa”.

O ensino dessa temática pode ser realizada por meio de filmes, contos, vocabulário, danças, música e teatro. Os projetos extracurriculares permitem uma maior liberdade e flexibilidade de conteúdo, admitindo metodologias e práticas mais agradáveis aos alunos, saindo da rotina de sala de aula para algo mais lúdico, prazeroso se tornando assim até mais fácil sua apreensão.

4 – Relatos de uma experiência realizada sobre a Cultura afro-brasileira

O trabalho analisado apresenta resultados a respeito da pesquisa realizada em 2013 pelos docentes Profa. Dra. Wilma de Nazaré Baía Coelho e pelo Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho da Universidade Federal do Pará, situada na cidade de Belém/PA. Mas os dados foram coletados nas escolas de nível fundamental e médio, das cidades: Macapá/AP, Manaus/AM, Ananindeua/PA, Araguaína/TO e Praia Norte/TO.

A pesquisa é de âmbito nacional intitulada “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei n. 10.639/2003”, financiada pelo Ministério da Educação juntamente com a UNESCO. A análise foi de coordenada regionalmente pela Prof.^a Dra. Wilma de Nazaré Baía Coelho e nacionalmente pela Prof.^a Dra. Nilma Lino Gomes, os principais dispositivos legais do estudo da herança étnico-racial são: Lei 9.394, de 9 de dezembro de 1996, relacionada às alterações recentes: Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003; Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

O presente artigo fará um estudo de caso utilizando-se de publicação idônea para embasar as conclusões, extraído do portal Google acadêmico.

Os relatórios quantitativos apresentados, no ano de 2013, serão os norteadores da avaliação de uma real situação em ambiente escolar sobre como é realizado ensino da história e cultura africanas para alunos do ensino fundamental e médio.

Essa pesquisa teve como objetivo mostrar resultados a respeito da introdução das temáticas relativas à Cultura Afro-Brasileira, à História da África e à História dos Povos Indígenas, determinada na Lei 10.639/2003, prevista na LDB.

Foram analisadas trinta e seis escolas em todo o Brasil dentre elas, seis em cada região, exceto na região Nordeste, onde foram analisadas dozes instituições devido ao grande número de unidades da federação.

Dentre as escolas avaliadas permaneceram as unidades que, de modo concretizado, realizassem atividades de caráter pedagógico pautadas na Lei 10.639/03. Deste modo, permaneceram as escolas que de maneira conclusiva aderiram à inclusão da temática no Projeto Político-Pedagógico. No ato de reflexão, foram nomeadas escolas em quatros Estados, segundo o quadro:

QUADRO 1: Escolas selecionadas/Região Norte

Escola	Localização	Modalidade	Nº de alunos
A	Macapá/AP	Ensino Médio (Regular e Integral)	2.553
B	Manaus/AM	Ensino Fundamental (1º-5º Ano)	624
C	Manaus/AM	Ensino Fundamental (1º-9º Ano); Ensino de Jovens e Adultos	863
D	Ananindeua/PA	Ensino Fundamental (1º-9º ano); Ensino Médio	1.177
E	Araguaína/TO	Ensino Fundamental (6º-9º ano); Ensino Médio	1.243
F	Praia Norte/TO	Ensino Fundamental (8º-9º ano); Ensino Médio; Ensino de Jovens e Adultos	491

Fonte: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, jan./mar. 2013. Editora UFPR

A tabela apresentou a quantidade, a modalidade e área geográfica dos alunos avaliados pela pesquisa modelo deste estudo de caso.

A pesquisa verificou que a atividade trabalhada nas escolas obteve mudanças decisivas em relação à questão étnico- racial. Foi detectada uma notável mudança no comportamento das crianças, adolescentes e jovens em relação aos índices de cor e raça. Com base nos índices, o trabalho contribui para o fortalecimento da identidade negra, como mostra o depoimento de uma aluna:

Antes, tinha muito preconceito, na escola que eu estudava antes, eu tinha muito preconceito eu chegava a me sentir mal por ser negra. Nunca senti vergonha, mas eu pensava porque só pelo fato de eu ser negra me tratavam dessa maneira. Quando eu entrei pro Bom Pastor e a gente começou a estudar e discutir esse assunto eu passei a pensar de outra maneira. Não tem que ter vergonha de ser negra (Aluna da Escola de Ananindeua/PA, 2009). (COELHO, p.03)

As seis escolas avaliadas, estão localizadas em quatro estados da Região Norte, e proporcionam trajetórias parecidas com o processo de aplicação dos quesitos legais educacionais. Analisamos que nessas escolas, são mostradas práticas recorrentes da oferta de educação presentes no dia a dia no âmbito escolar.

Um dos traços mais importante foi o caráter voluntário dos docentes, pois metade das instituições envolvidas se anteciparam às leis e instituíram por conta própria projetos voltados para temática étnico - racial antes mesmo de a Lei ter sido aprovada. O que motivou a pesquisa e fez com que tudo fosse concretizado foi o interesse dos educadores nos seis casos analisados, cujos projetos foram determinados por sua origem racial e valorização da herança africana, que orientaram as primeiras iniciativas.

Os profissionais da educação fundamentavam-se mais na apropriação da lei que em seu próprio conhecimento, eram poucas as informações que eles possuíam sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para guiarem a sua aplicação legal. Assim, os projetos eram baseados em concluir os conteúdos que os professores avaliavam como principais a serem aprendidos.

De modo geral os projetos das escolas focavam mais na formação moral e ética, que nos quesitos relacionados aos africanos e cultura afro-brasileira. Em todas as escolas analisadas as atividades de conteúdos disciplinares como os de caráter historiográfico, geográfico, linguístico ou literário também eram deixadas de lado. Refletidas em períodos de valorização da herança africana elas constituíam pouca relação com o conteúdo formal, e focavam em discursos de modificação das relações entre os grupos sociais fundamentados nas noções de tolerância, respeito à diferença e à diversidade. Os projetos ressaltam tipos éticos e morais pautados na temática africana destacando aspectos lúdicos.

As atividades realizadas nas escolas, sempre são desenvolvidas nas feiras de ciências, cujo temática é trabalhada de várias formas na comunidade escolar onde os próprios alunos são os protagonistas, tanto na elaboração quanto na apresentação. Adicionado à lei 10.639/2003, o modelo foi exposto aos diversos tipos de manifestações e linguagens assim como: a poesia, prosa, teatro, dança e pintura. Há outros tipos de apresentações tais como: pratos típicos e concursos de beleza. A escola toda é envolvida no evento, professores e alunos, técnicos e administradores se dedicam às prévias de preparação e organização. As

apresentações ocorrem sempre nos meses de novembro na semana da Consciência Negra.

Foi utilizado pelos pesquisadores um grupo de debate e discussão, como forma de coletar dados e por meio destes analisar como era realizado o trabalho juntos aos discentes e ao mesmo tempo averiguar como os professores ministravam as atividades relacionadas a questão étnico-racial.

O próximo gráfico especifica os procedimentos metodológicos aplicados e os resultados encontrados em cada seguimento analisado.

Quadro 2 Quadro de atividades didáticas e suas vinculações

Procedimento	Resultados vinculados
Composição e apresentação de cartazes, paródias, redações e poesias.	Reversão de uma visão negativa e/ou depreciativa das populações não brancas e dos institutos culturais a elas relacionados.
Composição e apresentação de coreografias de danças “afro”.	Valorização da herança cultural africana, com destaque para a apresentação e reiteração dos caracteres estéticos que a compõem.
Elaboração e degustação de pratos típicos.	Valorização da herança cultural africana e reiteração da sua presença no cotidiano brasileiro e nos institutos que o qualificam
Dramatizações, coreografias e concursos de beleza.	Valorização da autoestima de estudantes negros e pardos; revisão de padrões de beleza e de estética artística; ampliação da ideia de herança cultural.

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores, nas escolas ‘A’, ‘B’, ‘C’, ‘D’, ‘E’ e ‘F’, no segundo semestre de 2009. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, jan./mar. 2013. Editora UFPR

Os procedimentos apresentados corroboram a ideia de que os conteúdos concretos são de mais fácil assimilação, ainda despertam maior interesse por parte dos alunos. Apresentação básica de teorias e maior concentração em metodologias concretas, para que o contato dos avaliados seja mais próximo possível a realidade que se quer apresentar.

Os projetos analisados permitem a afirmação de relações entre o procedimento adotado e a competência desenvolvida junto aos alunos. Os professores foram entrevistados, e foi realizada uma observação sobre o material produzido pelos discentes e suas falas nas sessões de discussão. Para a coleta e análise da discussão foram seguidas sugestões da coordenação nacional de pesquisa entre elas: participação e envolvimento dos estudantes nas atividades do projeto; conhecimento sobre a temática étnico-racial e desempenho escolar/envolvimento com os docentes e com a escola.

As atividades da pesquisa foram realizadas em todas as escolas em diferentes momentos de formação, no qual foram discutidos assuntos como: a formação da sociedade brasileira, o lugar na vida social dos estudantes, as perspectivas para o futuro e o conhecimento que adquiriram sobre História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Nos momentos da discussão os objetivos eram relacionar os dados recolhidos nas escolas com as elaborações feitas pelos discentes, a fim de estimular o diálogo e o debate propondo questões relacionadas a temática.

Sendo assim, a experiência analisada trabalhou por meio da Lei 10.639/03, a fim de estudar e analisar escolas em que o projeto político pedagógico já apresentasse um trabalho voltado para o ensino da herança cultural africana e afro-brasileira. Onde foram analisados os projetos, realizados na escola e como eram aplicados os conteúdos dessa temática.

Os alunos começaram a entender a importância da herança cultural e por conseguinte, iniciar a valorização da identidade negra contribuindo para o fortalecimento da autoestima dos alunos. Foi trabalhada nos projetos a formação moral e ética, estimulando o fortalecimento das mudanças, noções de tolerância, respeito à diferença e à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta por objetivo geral verificar o ensino de cultura e literatura afro-brasileiras no currículo escolar das séries iniciais do ensino fundamental e o posicionamento do educador diante do assunto.

Este artigo aponta o estudo da cultura afro-brasileira abordando suas heranças e contribuições, visando mostrar as diversas riquezas presentes no Brasil

e a necessidade de se trabalhar em sala de aula a fim de valorizar a herança cultural presente no nosso cotidiano.

Mesmo com a Lei 10.639\03 que define como obrigatório o ensino da cultura e literatura afrodescendente por si só não resolve essas questões, a sua aplicabilidade não é simples. Necessita de ampla preparação dos docentes, das escolas e ainda de subsídios que projetem materiais didáticos adequados e interessantes aos discentes.

O embasamento teórico apresenta a importância da escola no papel de mediador no trabalho de formação e conscientização dos indivíduos a respeito da realidade dos afrodescendentes no Brasil. Apontam que a literatura afro-brasileira deve ser trabalhada como meio de promover a extinção de discriminação e preconceitos ainda tão arraigados na sociedade atual.

A educação como objeto de transformação social, por meio do resgate de literaturas que retratem de forma fiel a cultura e história de um povo tem o poder de provocar uma reflexão para alcançar uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

O estudo de caso apresentado na última seção, mostra os projetos realizados nas seis escolas da região Norte, onde são indicados os trabalhos realizados por meio da Lei 10.639/2003, a fim de trabalhar os quesitos da herança cultural, da história africana e afro-brasileira. Os resultados apontados pelo estudo modelo revelaram uma mudança significativa na autoestima de alunos negros, assim como esclarecimentos sobre temas relativos a cultura africana, pois o preconceito também motiva pré-julgamentos nocivos.

O estudo de caso foi inserido no artigo com o intuito de demonstrar a possibilidade de realização do ensino obrigatório de cultura afro-brasileira dentro do projeto pedagógico escolar, apenas são necessários métodos e disponibilidades motivadoras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aparecida Paschoalotto. CACIONE, Cleusa E. Santos. **A cultura africana nas manifestações Brasileiras: Música e Dança (Samba). Cadernos PDE. 2014.** Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pd

e/2014/2014_uel_arte_pdp_aparecida_paschoalotto_alves.pdf Acesso em: 17 out. 2018.

BATALHA, Lenomar. SILVA, Francirlano. **Influência cultural africana: Danças, Jogos e Brincadeiras na Educação Básica** em Parintins/AM. Realize Editora, 2015.

BRASIL. **Lei n.3353, de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm> Acesso em: 20 set. 2018.

_____**Lei nº. 10.639/03. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino.** Diário oficial da união, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm Acesso em 19 Out.2018.

_____**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/ SEF, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em 24 Out.2018.

_____**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Cultura, 2005

_____**Cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária.** Brasília DF, 2009. **Somente a partir do Século XX. manifestações, rituais e costumes foram aceitos como expressões artísticas.** Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>> Acesso em: 15 out. 2018.

_____**Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm. 2011. Acesso em: 20 Set. 2018.

COELHO, W. N.B. COELHO, M.C. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso.** Educar em Revista 29.47 (2013): 67-84. https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Os+conte%C3%BAdos+%C3%A9tnico-raciais+na+educa%C3%A7%C3%A3o+brasileira%3A+pr%C3%A1ticas+em+curso+&btnG= Acesso em : 21 de Out. 2018

CIPRIANO, E. S. Juliane. **Ensino da Cultura Africana em sala de Aula: Proposta de Intervenção.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro SP, 4 (1): 182-198, 2017. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/50/26042017193225.pdf> Acesso em: Set.218

FILHO, A. A. D. (1996).A herança de Mestre Bimba. Editoração eletrônica, Salvador.

MATTOSO, Kátia M. Queiróz. **Ser Escravo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

SOUZA, Gabriela A. Oliveira. VIEIRA, Wellington N. **O ensino da Literatura afro brasileira como objetivo de transformação social**, 2016 Disponível em: https://www.fasete.edu.br/eventos/flipa/anais/arquivos/2016/o_ensino_da_literatura_afro_brasileira_como_objetivo_de_transformacao_social.pdf Acesso em: 21 out.2018

SOUZA, L. Gleyce. **Reconhecendo as raízes, valorizando a identidade: a cultura africana em sala de aula**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 58-75, 2014. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/17042014063117.pdf> Acesso em: Set.2018.

RUFFATO, Luiz. (org.) **Questão de Pele**. Disponível em: <http://www.linguageral.com.br/site/downloads/titulos/77.pdf> Acesso em: 24 de Out.2018.

RISO, Ricardo. **É hora de ouvir os atabaques de dois poetas sem equívocos: Éle Semog e José Carlos Limeira**, 2017. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos> >Acesso em: 20 de Out.2018.

RODRIGUES Nina. **Os Africanos no Brasil**. 5º Edição. São Paulo: Nacional, 1977.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 11. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1994.